

# A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO NOS BOLETINS DA COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS, MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS DA ARGENTINA

**MARÍA SABINA URIBARREN**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Arquiteta, doutora em História da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pós-doutoranda do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

E-mail: msuribarren@gmail.com.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p35-55>

## **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO NOS BOLETINS DA COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS, MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS DA ARGENTINA**

MARÍA SABINA URIBARREN

### **RESUMO**

A partir da análise de dois textos publicados na Argentina entre 1940 e 1942, assinados por agentes vinculados a projetos de institucionalização da preservação do patrimônio cultural do Brasil, refletimos sobre os círculos políticos e intelectuais nos quais se desenvolveu essa discussão. Reconhecemos, também, redes de contatos internacionais que foram utilizadas pelos autores com o intuito de divulgar e legitimar suas ações referentes ao patrimônio. Essas articulações servirão de base para questionar a ideia de que a experiência preservacionista do Brasil se deu isolada do contexto latino-americano, ao vê-la partícipe de redes de escala maior que a nacional com as quais compartilhou as mesmas inquietações. Simultaneamente, pretendemos discutir a pertinência de considerar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como o único agente envolvido na defesa do patrimônio cultural brasileiro ao compreender a preservação do patrimônio no Brasil, na época de constituição desse órgão, como um campo disciplinar em construção.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos. Contatos Internacionais. Argentina. Brasil.

# **BRAZILIAN CULTURAL HERITAGE PRESERVATION IN THE REPORTS OF THE COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS, MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS FROM ARGENTINA**

MARÍA SABINA URIBARREN

## **ABSTRACT**

From the analysis of two texts published in Argentina between 1940 and 1942, signed by agents linked to institutionalization of cultural heritage preservation of Brazil, we want to understand the impact of the Brazilian preservationist experience in Argentina and the networking people used to disseminate and legitimize their actions. In this article, we question the idea that the preservation of Brazil's cultural heritage took place isolated from the Latin American context, because we have identified larger than national scale connections sharing the same concerns. We intend to discuss the pertinence of considering the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) as the only agent involved in the defense of the Brazilian cultural heritage by understanding the preservation, at the time of constitution of this organ, as a field under construction.

## **KEYWORDS**

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos. International Exchanges. Argentina. Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

A nossa reflexão baseia-se, principalmente, na análise dos textos “La protección del patrimonio histórico y artístico nacional” (DUARTE, 1940) e “El sistema de protección del Patrimonio de Arte y de Historia en el Brasil” (ANDRADE, 1942), escritos por Paulo Duarte e Rodrigo Melo Franco de Andrade, respectivamente.

O advogado Paulo Duarte, parceiro de Mário de Andrade em projetos como a criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, e Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), publicaram entre 1940 e 1942 dois artigos no Boletim da Comisión Nacional de Museos, *Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH)<sup>1</sup> da Argentina. A análise desses textos não só nos permite reconhecer redes de contatos entre o Brasil e aquele país – redes estas que serviram para divulgar as ações que existiam em relação à preservação do patrimônio cultural brasileiro – como também evidencia os diversos círculos políticos e intelectuais nos quais se desenvolveu essa ação e se promovia a preservação de um patrimônio que ia além dos consabidos bens arquitetônicos.

1. Órgão argentino dedicado à definição, proteção e preservação do patrimônio cultural em nível nacional que foi fundado em 1938, sendo seu primeiro presidente Ricardo Levene, Ver Uribarren (2008).

Em relação aos autores que tratam da história da preservação do patrimônio no Brasil, enquanto numerosos trabalhos acadêmicos se centram nas figuras do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, dos arquitetos e dos intelectuais que colaboraram com o SPHAN nas primeiras décadas de sua existência, menos frequentes são aqueles que se dedicam a examinar personalidades que, contemporaneamente, preocupavam-se com o patrimônio cultural do Brasil fora da alçada do serviço do patrimônio. Podemos destacar, entre esses últimos estudos, os realizados por Maria Lucia Bressan Pinheiro, análises que resgatam indivíduos como José Mariano Filho e até o próprio Paulo Duarte no seu papel de parceiro de Mário de Andrade em projetos culturais, papel que também é resgatado por Maria Cecília Londres Fonseca no seu livro *O patrimônio em processo* e na dissertação de mestrado de Silvana Rubino *As fachadas da memória*. Concernente a Paulo Duarte, destacamos a dissertação de Aureli Alves de Alcântara, *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a pré-história* (2007), pesquisa acadêmica que demonstra a preocupação desse advogado paulista por um patrimônio alargado que contemplava desde elementos da natureza, passando pela antropologia e a arqueologia, sem desdenhar os bens arquitetônicos. Não localizamos, todavia, estudos que aprofundem possíveis vínculos entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Paulo Duarte, apenas uma pequena menção nas memórias deste último (ALCÂNTARA, 2007, p. 54), a qual, no entanto, não contribui muito para a nossa reflexão.

Entre os estudos que tratam dos contatos culturais entre o Brasil e a América Latina – contexto no qual se coloca nossa reflexão sobre os textos – os de maior interesse para este trabalho são aqueles centrados na análise da “diplomacia cultural” fomentada entre os países, como a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não apenas cultural, mas também política, comercial e econômica. Foi nesse marco que se facilitou o contato do SPHAN com as outras experiências preservacionistas latino-americanas. Dentro do leque dessas produções, destacamos o livro *Lívio Abramo en Paraguay: entretejiendo culturas* (NEPOMUCENO, 2013) de Margarida Nepomuceno, trabalho que introduz muito brevemente a colaboração que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) realizou com o governo de Stroessner para a preservação do patrimônio cultural paraguaio durante a década de 1960. Mais aprofundados no

questo das relações estabelecidas entre o Brasil e outros países americanos em prol da discussão e preservação do patrimônio cultural é a contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, *A preservação do patrimônio cultural pan-americano* (GUEDES, 2012), bem como o livro *Contatos e Intercâmbios Americanos no Iphan: o Setor de Recuperação de Obras de Arte (1947-1976)*<sup>2</sup>, da autora deste artigo. Enquanto Guedes introduz a articulação pan-americana em prol da defesa do patrimônio continental entre 1889 e 1954, o segundo texto analisa os vínculos estabelecidos pelo Iphan com países do continente americano entre as décadas de 1940 e 1960, centrando-se na ação do restaurador Edson Motta, chefe do setor que dá nome ao livro.

Voltando aos textos do diretor Rodrigo e de Paulo Duarte, procuraremos entendê-los como documentos dentro de um documento, não apenas interpretando o que seus autores poderiam ter querido transmitir, mas o significado de terem sido, esses trabalhos, publicados no boletim argentino na época.

## 2 O TEXTO DE PAULO DUARTE

Personagem que é apresentada algumas vezes como romântica, outras como quimérica<sup>3</sup>, o paulista Paulo Duarte ingressou em 1919 como revisor no jornal *O Estado de S. Paulo* e se formou advogado na década de 1920. Como consequência de sua participação na Revolução de 1932, partiu para um breve exílio, do qual voltou no momento em que Armando de Salles Oliveira assumia a intervenção de São Paulo. Foi a partir de sua filiação ao Partido Constitucionalista, formado por iniciativa desse interventor, que Duarte se integrou ao governo, sendo eleito deputado em 1934 e ocupando diversos cargos na gestão do então prefeito de São Paulo, Fábio Prado (Ibidem, p. 32-34).

Os vínculos concretizados no âmbito do jornal *O Estado de S. Paulo* permitiram que Duarte estabelecesse relações com membros da família Mesquita e que entrasse em contato com projetos políticos e culturais por ela promovidos. Em um desses espaços, no jornal do Partido Democrata, trabalhou com Mário de Andrade, com quem participou de encontros nos quais se discutiam, entre outras propostas, a de promover a criação do Departamento

2. URIBARREN, María Sabina. *Contatos e Intercâmbios Americanos no Iphan: o Setor de Recuperação de Obras de Arte (1947-1976)*. São Paulo: Intermeios, 2016.

3. Ver Alcântara (2007) e Hayashy (2001).

Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo (DUARTE apud SOARES, 2007, p. 247). Duarte, em depoimento publicado na *Revista do Arquivo Municipal*, em 1946, explicava como tinha participado na elaboração do anteprojeto para a criação do departamento (Ibidem, p. 247), órgão do qual, uma vez criado, Mário de Andrade seria nomeado seu primeiro diretor.

Dentro desse projeto, considerava-se a importância da preservação do patrimônio cultural. Viagens realizadas por Duarte junto com Mário de Andrade pelo interior do estado de São Paulo para identificar bens plausíveis de proteção promoveram a escrita, por parte do primeiro, de uma série de artigos que foram publicados no jornal dos Mesquitas. Esses textos permitiram a articulação de uma campanha em defesa do patrimônio cultural, a qual foi denominada “Contra o vandalismo e o extermínio” (ALCÂNTARA, 2007, p. 45). As mesmas inquietações levaram, em 1937, o então deputado Duarte a defender acaloradamente, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei que criava o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo. Cabe lembrar que, em 1936, Mário de Andrade havia redigido, a pedido do ministro Gustavo Capanema, o célebre anteprojeto para a criação do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, o qual não seria adotado.

Da discussão que se realizou na Assembleia paulista sobre aquele projeto de lei derivou a sua não aprovação (ALCÂNTARA, 2007; FONSECA, 2005), e essa decisão, juntamente com o fato de a Assembleia ter sido dissolvida com a instalação do Estado Novo, ocasionou uma série de gestões de Duarte em diferentes instâncias do governo, as quais fizeram que, a despeito de a lei estadual não ter sido aprovada, a nacional o fosse. Paulo Duarte explicava nas suas memórias: “**graças à minha intervenção** junto ao senador Alcântara Machado e à boa vontade deste, foi finalmente assinado pelo **ditador** [Getúlio Vargas] o Decreto-Lei n. 25 criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico” (DUARTE apud ALCÂNTARA, 2007, p. 55, grifo nosso).

O interesse de Paulo Duarte em se apresentar como pioneiro da preservação no Brasil, como mostram esse e outros depoimentos seus, não se limitou ao território do país. Exilado novamente, em consequência da instalação do Estado Novo, entre 1937 e 1945, Duarte explicava que

durante sua breve estadia na Argentina, antes de se mudar para a França<sup>4</sup>, preocupou-se em visitar museus que abrigavam coleções de arte indígena e de paleontologia, destacando entre eles o de Ciências Naturais da cidade de La Plata. No entanto, conheceu também outros âmbitos culturais nos quais recorrentemente se mencionava a ação da CNMMYLH, situação que o levou a visitar a sede da instituição no Cabildo da Cidade de Buenos Aires.

Segundo Mário Buschiazzo, arquiteto adstrito à comissão argentina, Duarte realizou várias visitas a essa comissão no ano de 1939 e, além disso, ainda segundo o que expressou o argentino na resenha que realizou a respeito do livro de Duarte, *Sobre vandalismo e extermínio*, entendemos que o paulista se apresentava como um dos pioneiros da preservação do patrimônio cultural no Brasil:

A lo largo de los muchos capítulos que componen la obra puede apreciarse el profundo conocimiento que tiene el autor sobre los problemas vinculados a la conservación de los monumentos históricos, culminando su trabajo con el proyecto de ley que presentara a la Asamblea Legislativa del Estado de San Pablo, en octubre de 1937. Por vicisitudes políticas que no son del caso analizar, dicho proyecto no llegó a sancionarse, pero según nos informó el propio autor, sirvió de base para la legislación federal aprobada poco después. (BUSCHIAZZO apud CNMMYLH, 1940, p. 410-411).

Sem ocupar um lugar no âmbito oficial de preservação do patrimônio brasileiro e diante do pedido de Ricardo Levene, presidente da CNMMYLH na época, que teria indagado de Duarte “impresiones sobre lo que había visto aquí en lo relativo a reliquias históricas”, este último escreveria em janeiro de 1940 o artigo “La protección del patrimonio histórico y artístico nacional”, trabalho que foi publicado no Boletim n. 2 da comissão argentina.

Duarte, embora mantivesse uma forte aliança com Mário de Andrade em prol da concretização da defesa patrimonial, não realizou nenhuma menção a esse escritor modernista na publicação argentina. Atribuía o pioneirismo da preservação em São Paulo simplesmente a “um grupo intelectual” (DUARTE, 1940, p. 26), sem colocar nomes próprios, embora comprovemos que expressou

4. Paulo Duarte ficou no exílio entre 1937 e 1945, tendo voltado definitivamente para o Brasil em 1947. Morou em Paris e em Nova Iorque, cidades nas quais requintou a sua formação cultural, participando em atividades no Musée de l’Homme e no Museum of Modern Art, respectivamente (MENDES, 1994).

oralmente, ante os membros da comissão argentina, pelo menos sua própria participação. Duarte, um excluído do sistema político brasileiro na época, descrevia, no artigo estudado, a ação preservacionista no Brasil “donde [el recurso del *tombamento*], en poco tiempo, ha dado admirables resultados mediante el Servicio de Protección del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional” (Ibidem, p. 30, grifo nosso). Chamam atenção as palavras de elogio à gestão do SPHAN que Duarte usou, sobretudo se pensarmos que a eficácia da instituição se devia, de certa forma, ao apoio que Gustavo Capanema obtivera de Getúlio Vargas, definido por Duarte como “ditador” e identificado como o causador de seu exílio. Isso e o tom quase sem conflito que usou para descrever a preservação no Brasil<sup>5</sup> nos permitem cogitar que o paulista, entusiasta ativo pela preservação do patrimônio e homem político por excelência, considerava a possibilidade de se reinserir na discussão e defesa do patrimônio cultural após sua volta ao Brasil. Este pensamento foi motivado pela leitura feita por Sérgio Miceli sobre as estratégias de cooptação varguista:

a gestão de Capanema erigiu uma espécie de território livre refratário às salvaguardas ideológicas do regime [...] Atuando em nome de seus interesses próprios e manejando os recursos políticos que o comando da máquina governamental lhe oferece, essa camada burocrática passa a acolher indivíduos que pouco antes se haviam afiliado a movimentos e a forças políticas concorrentes (MICELI, 2001, p. 218).

Duarte, entretanto, conspirou, ainda no exílio, para a derrubada do governo Vargas (MENDES, 1994) e apenas após seu regresso ao país passaria novamente a colaborar na área patrimonial brasileira. Responsável pela organização da malograda Missão Franco-Brasileira de 1947, destinada ao estudo dos sambaquis, Paulo Duarte proporia a criação de um Instituto de Pré-História em 1954; assim um Instituto de Pré-História e Etnologia seria oficializado em 1959, passando a fazer parte da Universidade de São Paulo em 1961<sup>6</sup>. A preocupação de Duarte com os estudos pré-históricos tinha-se originado em décadas

5. Duarte apenas fez um comentário negativo, por oposição à ação do estado brasileiro no quesito patrimonial: “Gracias, sin embargo, a un grupo intelectual, el toque de alarma contra el vandalismo y el exterminio dejóse oír, hace cosa de tres años, en el Brasil. Y aquí en la Argentina ha ocurrido lo mismo, pero con una colaboración oficial mucho más inteligente y concreta” (DUARTE, 1940, p. 28).

6. Para saber mais sobre a criação do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, consultar a dissertação de mestrado de Aureli Alcântara, capítulo 4 (2007).

anteriores, quando escrevera um primeiro artigo sobre os sambaquis, em 1929. Alcântara (2007, p. 91) entende como as ações preservacionistas incentivadas por Duarte no contexto da criação do Departamento de Cultura de São Paulo, com as suas atividades em prol da estruturação de museus, identificação de sítios arqueológicos e a própria “Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio”, contribuíram com o desenvolvimento da arqueologia no país.

O seu interesse por um patrimônio abrangente o acompanhou no exílio iniciado em 1937 e promoveu, no artigo publicado no boletim argentino, a comparação dos membros da CNMMYLH com Florentino Ameghino, pioneiro da paleontologia no país vizinho. Não podemos deixar de cogitar a desilusão que o advogado paulista deve ter tido ao encontrar na comissão uma preocupação bastante similar à que acabou se consolidando nas primeiras décadas de trabalho do SPHAN: a de preservar principalmente os monumentos destacados de arquitetura colonial; situação que fez que, no seu texto, reconhecesse a importância de considerar um patrimônio amplo, que incorporasse, por exemplo, a arqueologia e os bens culturais móveis (DUARTE, 1940, p. 28).

No artigo que estudamos, Duarte acabou reproduzindo o papel de paladino, um defensor da legislação patrimonial, que tinha cumprido no Brasil. Afastado dos círculos do poder político brasileiro, mas com a consciência de ter participado do processo de discussão da legislação sobre patrimônio, defendeu no boletim a necessidade da CNMMYLH promover a criação de uma lei para a preservação do patrimônio cultural da Argentina, expressando que, pelo menos, “seria de desear que figure el proyecto de ley [para la preservación del patrimônio] en la memoria correspondiente a 1939”<sup>77</sup> (1940, p. 330).

Finalmente, no texto redigido na Argentina, Paulo Duarte reproduzia o termo que se tornou sinônimo das ações realizadas na instituição federal brasileira responsável pelo patrimônio nacional:

Ese recurso es el **tombamento (inventario)**. Se trata del registro efectuado, por el Servicio de Protección, de todos los inmuebles u objetos que la comisión idónea y especializada considera de valor histórico o artístico nacional (DUARTE, 1940, p. 30).

7. O decreto presidencial de criação da Comissão, de 1938, autorizava um projeto de lei que foi preparado por Levene e enviado ao Congresso Nacional argentino, dando lugar, depois de discussão parlamentar, à lei 12.665 de setembro de 1940, e, em 7 de fevereiro de 1941, o vice-presidente da República Argentina, Ramón S. Castillo, assinava o decreto 84.005 que ajustava seu funcionamento.

Reputamos importante salientar como, novamente, o SPHAN aparece considerado em termos positivos e como se manteve na publicação argentina a palavra *tombamento* do português, embora o texto tenha sido vertido para o espanhol (não conseguimos identificar o autor da versão). O termo *tombamento* aparece acompanhado por outro em espanhol entre parêntesis: “*inventario*”, ou já na página 32 do texto identificado como “*ley de registro*”. Menções breves que transmitem a dúvida de que a tradução não pudesse representar toda a carga simbólica que assumia a ação de tomar no Brasil<sup>8</sup>.

### 3 O TEXTO DE RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE

No Boletim n. 4 da CNMMYLH, publicado em 1942 e correspondente ao ano de 1941, Rodrigo Melo Franco de Andrade apresentou um trabalho que, se por um lado não fazia referências ao texto de Paulo Duarte, por outro parece completar algumas posições expressas naquele artigo. Nesse sentido, cabe atentar para o que Rodrigo Andrade frisa sobre a autoria do projeto apresentado a Capanema por Mário de Andrade e a justificativa do porquê da aprovação do Decreto Lei-25 em detrimento daquele projeto:

a principios de 1936, el ministro Gustavo Capanema, encomendó al señor Mário de Andrade, entonces director del departamento de cultura de la municipalidad de São Paulo, la elaboración de anteproyecto para organizar el servicio de protección que se hacia necesario. Aquel notable especialista entregose con empeño a la tarea y presentó al titular de la cartera de educación un trabajo que, bajo todos los aspectos, pareció, desde luego, fundamental para cualquier obra que hubiera de emprenderse en el país con un objetivo semejante.

El ministro Capanema, juzgando, no obstante, que sería **prematureo e imprudente** extraer del trabajo del señor Mário de Andrade un texto de ley, prefirió tomarlo como punto de partida para iniciar una obra técnico-administrativa, en que las medidas legislativas pudieran imponerse por si mismas a los poderes públicos, derivando naturalmente de

8. Reconhecido por diversos estudiosos da história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como prática de caráter simbólico essencial para a proteção do patrimônio no marco das atividades desenvolvidas pela instituição (FONSECA, 2005, p. 115).

las observaciones fundadas en la experiencia. El plan organizado por el Señor Mário de Andrade, debía servir de base para los trabajos iniciales.

Con este pensamiento, el ministro solicitó la autorización del señor presidente de la Republica para organizar el SPHAN. **‘El servicio debe organizarse sencillamente’** – escribía el ministro en su exposición al jefe de gobierno – con el personal estrictamente necesario y para realizar desde un principio los trabajos esenciales y preparatorios. Paulatinamente con la experiencia irá surgiendo el plan de organización definitivo, que será convertido en ley. Hacer desde ya la ley que ha de regir la materia, no sería proceso racional de realización en el servicio público’. En abril de 1936, concedida por el señor presidente la autorización necesaria, fue instalado el servicio, iniciándose los estudios para la elaboración del proyecto convertido más tarde en el decreto Ley n. 25 del 30 de noviembre de 1937 (ANDRADE, 1942, p. 96-97, grifo nosso).

A avaliação de que a adoção da proposta de Mário de Andrade poderia ter sido considerada “prematura” e “imprudente” e a “simplicidade” requerida para a instalação do SPHAN nos faz pensar se o uso de todas estas palavras era um ato de prudência do diretor Rodrigo: lembremos aqui que Capanema expunha ante Getúlio Vargas a necessidade de criar o SPHAN cuja responsabilidade intelectual podia ser atribuída de certa forma ao grupo de que fazia parte o desafeto Paulo Duarte, que já tinha publicado no boletim argentino.

O viés preponderantemente técnico-administrativo da preservação brasileira, que Rodrigo Mello Franco de Andrade salientava no texto, com certeza facilitou a separação do serviço de figuras como Duarte, que não tinha tais atribuições. Andrade confirmava, ao citar as palavras de Capanema, que o tombamento apenas poderia ser levado a cabo por pessoas duplamente qualificadas por sua formação e pelo lugar que ocupavam na administração do governo. O primeiro diretor do SPHAN, como autoridade de um grupo que cumpria essas condições e de um espaço de fala legitimado pela sua posição institucional, ampliava a tradução da palavra *tombamento*, reforçando o caráter simbólico não apenas da seleção e da declaração do bem, mas da inscrição nos livros do tomo como forma de perpetuá-lo:

El acto declaratorio del valor histórico o artístico de determinada cosa mueble o inmueble, acto de carácter técnico- administrativo que la somete al régimen que se ha mencionado en líneas generales es lo que se llama ‘tombamento’ (inscripción, registro, inventario), esto es la inscripción de la cosa con las indicaciones técnicas o jurídicas necesarias en uno de los libros de tomo (Registro) ordenados por el decreto ley-25 y confiados al Servicio del SPHAN (ANDRADE, 1942, p. 98, grifo nosso).

O diretor Rodrigo logo definia as atribuições do SPHAN também no campo da pesquisa e da produção literária, indicando o serviço como interlocutor oficial quando o assunto era o patrimônio cultural brasileiro:

Entre las atribuciones del Servicio del SPHAN, figura la de propagar el conocimiento de ese patrimonio y emprender estudios e investigaciones referentes al mismo. El servicio mantiene, pues, una revista de publicación anual en la que colaboran notables especialistas de arqueología, etnología, historia e historia del arte, en la cual se han publicado también estudios originales elaborados por los técnicos y funcionarios de la propia repartición. De esa Revista han sido publicados cuatro números correspondientes a los años 1937, 1938, 1939, 1940, estando próximo a salir el referente a 1941. Además de la revista, el servicio ha publicado igualmente diversas monografías sueltas, de gran valor (Ibidem, p. 105).

Esse comentário aparece, talvez, como um chamado de atenção para a CNMMYLH e outros possíveis leitores, já que Rodrigo Melo Franco de Andrade não apenas rebate a possível crítica da falta de amplitude do projeto de lei nacional (ao definir a participação na revista de especialistas de diversas disciplinas), mas, ao estabelecer quem eram os autorizados a produzir e difundir o conhecimento sobre o patrimônio cultural (seus colaboradores, seus funcionários, seus técnicos), definia, por oposição, aqueles que não poderiam fazê-lo. Como bem lembra Márcia Chuva em relação às publicações do serviço:

a partir da produção desse *locus* de ação, o SPHAN passava a balizar e polarizar os debates sobre essa temática, tornando obrigatória, ao se falar de preservação cultural no Brasil, a referência à produção da agência estatizada, ainda que para criticá-la ou questioná-la (CHUVA, 2009, p. 246).

Em relação à eficácia internacional do primeiro diretor do SPHAN em se autodefinir como a voz oficial da política patrimonial brasileira, é indispensável destacar as resenhas periódicas publicadas nos boletins da CNMMyLH sobre as revistas e livros editados pelo serviço, que colaboravam para legitimar a instituição do Brasil, suas narrativas e doutrinas. Como forma de demonstrar a contundência que se atribuía a essa autoridade, transcrevemos o comentário de Buschiazzo sobre artigo de Rodrigo Melo Franco de Andrade relacionado ao Aleijadinho: “es realmente importante, por cuanto **aclara de una manera definitiva** cuales son las obras artísticas que ejecutó el famoso ‘meztizo’ [sic] de Villa Rica, la más grande figura del arte brasileño del siglo XVIII” (CNMMyLH, 1942, p. 415, grifo nosso).

#### 4 DOCUMENTOS DENTRO DE DOCUMENTOS, A PUBLICAÇÃO DOS TEXTOS BRASILEIROS NOS BOLETINS ARGENTINOS

Os boletins da CNMMyLH, de edição anual, foram os principais registros das atividades da instituição argentina. Eram formados por várias seções que contavam com contribuições de autoria variável: Memória Anual, Colaborações e Informações, Seção Monumentos e Lugares Históricos, Seção Museus, Seção Bibliografia e Atas da Comissão.

O primeiro presidente da CNMMyLH, Ricardo Levene (1938-1946), grande incentivador da publicação dos boletins, era também na época presidente da Academia Nacional de História Argentina e promovia importantes projetos intelectuais com o Brasil, guardando forte vínculo, entre outros brasileiros, com Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

##### Segundo Ana Paula Barcelos, Levene e Fleiuss

assumiram por várias décadas, principalmente entre 1920 e o final dos anos 1940, a liderança em projetos e empreendimentos [com o objetivo de integrar o Brasil e a Argentina culturalmente]. Como membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Junta de Historia y Numismática Americana<sup>9</sup> organizaram os Congressos de História da

9. A Junta de Historia y Numismática Americana foi fundada por Bartolomé Mitre em 1893 (URIBARREN, 2008, p. 19) e vários de seus membros viriam compor a futura CNMMyLH entre 1938 e 1946, a saber, Enrique Udaondo, Ramón J. Cárcano, Luis Mitre, Rómulo Zabala, Benjamín Villegas Basavilbaso, Emilio Ravignani e Ricardo Levene. Levene foi, também, presidente da Academia Nacional de la Historia.

América de 1922, no Rio de Janeiro, e de 1937, em Buenos Aires, e participaram da Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia, em 1933, e da formação das Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana e de Autores Argentinos traduzidos ao Português, em 1937 e 1938, dentre outras iniciativas de aproximação intelectual (BARCELOS, 2012, p. 214, grifo nosso).

Nos congressos, o tema da proteção do patrimônio cultural não ficou ausente. No Congresso de História de América, realizado em julho de 1937, por exemplo, designou-se uma comissão para definir questões relativas à conservação e proteção de monumentos e obras de caráter histórico-artístico, a qual aprovou os seguintes pontos:

1. Recomendar a los gobiernos de América [...] acerca de la cooperación internacional sobre conservación de monumentos históricos [...]
2. [...] someter al criterio y aprobación de los gobiernos de América los siguientes medios concretos para obtener la ejecución de dichos enunciados:
  - a) Que procedan a realizar el inventario de su Patrimonio Histórico Artístico, y continuarlo aquellos que lo han iniciado, con el propósito de ordenarlo y clasificarlo, asegurándose así su custodia y conservación;
  - b) Sugerir a los que aun no lo hayan hecho, la sanción de leyes protectoras de dicho patrimonio [...];
  - c) Proponer a la creación de Institutos o Laboratorios de Arte, o al fomento de los que ya existen, con un propósito docente de investigación y divulgación, vinculándolos entre si [...]
  - d) Estimular la creación de patronatos, juntas y sociedades de amigos de poblaciones, monumentos u obras histórico-artísticas como medio de educar al pueblo para que colabore en su defensa y conservación (CNMMYLH, 1941, p. 230-231).

A partir desses vínculos e inquietações, não é de estranhar que detectemos, logo no primeiro boletim argentino, uma evidência do conhecimento que a comissão argentina tinha da ação brasileira em relação à preservação. Levene recebeu, em 1938 por malote diplomático, um resumo do projeto de restauro que o SPHAN realizava em São Miguel das Missões, trabalho que

o presidente da comissão teria obtido mediante seus contatos do Ministério da Justiça e Instrução Pública da Argentina com a embaixada brasileira. Em relação a essa intervenção, o historiador argentino recomendava analisá-lo para quando seus colaboradores tivessem de realizar ações similares nas missões do lado argentino (CNMMYLH, 1939, p. 229).

Nesse primeiro boletim argentino, o arquiteto Buschiazzo publicava uma apreciação de trabalho da Comisión de Restauración de Monumentos Históricos de Lima, sobre as ações patrimoniais do Peru, na qual expressava

por curiosa coincidencia, se han creado casi simultáneamente estas entidades [órgãos dedicados à preservação do patrimônio] en el Perú, Colombia, Brasil y nuestro país, no ya como esfuerzos dispersos, sino como organismos montados con personal competente, y con miras a una labor constante y definitiva (Ibidem, p. 179).

Mais que coincidência, foi na década de 1930 que eclodiram os organismos federais de preservação americana, e foi a partir do segundo volume dos boletins que seriam cada vez mais frequentes as resenhas de Mário Buschiazzo sobre textos que tratavam do patrimônio latino-americano e brasileiro, entre os deste último país, por exemplo, o *Guia de Ouro Preto*, de Manuel Bandeira, *Relíquias da Bahia*, de Edgard de Cerqueira Falcão, *A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro*, de Afrânio Peixoto e os quatro primeiros números da revista do SPHAN.

Conquanto Duarte tenha sido convidado por Levene para escrever para o boletim da CNMMYLH, não localizamos, todavia, mais informação em relação a se teria existido alguma conexão específica que pudesse ter facilitado o contato dele com a referida comissão argentina. Já no caso da colaboração de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sua participação na publicação adquire uma evidente dimensão política. No Boletim n.4 (CNMMYLH, 1942), foram publicados trabalhos de Melo Franco de Andrade; do vice-presidente da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso de Washington, Robert C. Smith; do diretor da Dirección de Monumentos Coloniales y de la República de México, Jorge Enciso; e do diretor do Instituto de Arqueologia Americana do Uruguai, Juan Giuria. Esta concentração de textos estrangeiros se deu pela intenção que existia,

por parte do primeiro presidente da CNMMyLH, de estabelecer um plano de cooperação americana para a defesa e conservação dos monumentos de história e de arte. Essa iniciativa foi comunicada ao diretor da União Pan-Americana, Leo S. Rowe, que teria apoiado a realização em território argentino do “Primer Congreso Americano de delegados de los Museos Históricos y de las comisiones nacionales de Monumentos Históricos una vez despejada la grave situación internacional que conmueve al mundo [a Segunda Guerra Mundial]” (Ibidem, p. 32).

Assim explicava Levene esse conjunto de textos assinados por especialistas: “iniciamos las publicaciones de colaboradores de América a quienes solicité su concurso, preparando la futura realización del Primer Congreso Americano a que ya me he referido” (Ibidem, p. 34). O encontro que Levene tentava promover entre culturas preservacionistas americanas – ao mesmo tempo em que permite identificar a intenção de construir um espaço de intercâmbio em nível continental e de propiciar a interação de outros possíveis mentores desses contatos como a União Pan-Americana – faz-nos refletir sobre como o reconhecimento e a valorização de outras experiências podiam legitimar a da própria comissão argentina, fazendo que as próprias práticas e escolhas (similares às dos outros casos descritos) parecessem mais fortes e acertadas, fortalecendo a ação desse país, que começara em 1938, anos depois da experiência mexicana e brasileira. Devemos considerar até que ponto parece direcionada a escolha dos casos, no exemplo do México quem escreveu para o boletim (Jorge Enciso) era apenas responsável pela preservação de uma parte do patrimônio cultural daquele país: o colonial e o da república (arquitetônico), não sendo considerado o pré-hispânico que estava sob a responsabilidade de outra área do Instituto Nacional de Arqueologia e História, período histórico que, como mencionamos, também não fez parte das prioridades principais da ação da Comissão Argentina. Nos boletins emitidos durante a gestão de Levene, todavia, não localizamos mais informações sobre esse projeto, o qual deve ter sido deixado de lado no contexto da Segunda Guerra Mundial vivido na época.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação dos textos brasileiros nos boletins argentinos nos faz entender como as diversas personalidades do Brasil envolvidas na preservação do patrimônio cultural, que não pertenciam aos mesmos grupos intelectuais e políticos, usaram círculos internacionais que lhes permitiram divulgar as suas ideias. A presença destas estratégias de difusão nos boletins argentinos, embora tratassem de posições não convergentes, possibilitaram uma divulgação eficaz da ação preservacionista brasileira fora do país.

Destacamos como este trabalho nos possibilitou perceber com mais clareza as dinâmicas alternativas envolvidas na história da preservação do patrimônio cultural durante os primeiros anos de funcionamento do SPHAN. O primeiro autor tratado – a partir da análise da divulgação da ação preservacionista do Brasil, feita por um personagem que não contava com o apoio da instituição oficial de preservação, o qual tinha suas próprias percepções sobre o patrimônio – foi quem pôde contribuir para fortalecer o interesse da Argentina em relação ao que acontecia em âmbito patrimonial no país vizinho. O ex-legislador paulista, com certeza, não era simpático ao Estado Novo, mas demonstrou na sua atuação em Buenos Aires, aqui analisada, um interesse genuíno em divulgar a preservação do patrimônio que ocorria no Brasil, salientando em primeira instância a importância da criação de instituições e de instrumentos para tal preservação.

O interesse de Duarte por um patrimônio alargado fica evidente quando citava no seu texto argentino a Henry Eygout “tan preciosos son los castillos, catedrales e iglesias, como los cuadros y las estatuas, las tapicerías, las miniaturas, armas antiguas, la platería, los esmaltes, etc.” (DUARTE, 1940, p. 26). Preocupação aquela de proteger um patrimônio mais abrangente, que também existiu na fala de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937, p. 9), embora, finalmente, a supremacia da preservação da arquitetura tenha ecoado a posição hegemônica dos arquitetos na instituição federal de preservação do patrimônio do Brasil.

O discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade no boletim argentino nos permite identificar redes de contatos, construídas de relações pessoais, autoridade e poder, que permitiram tanto a divulgação quanto a legitimação das ações institucionais.

Através de instrumentos diversos, como acordos bilaterais, atuação de adidos culturais e das Missões Culturais Brasileiras no estrangeiro, o Brasil propiciava uma cooperação cultural com seus vizinhos latino-americanos, à qual o Iphan soube vincular-se eficazmente<sup>10</sup>.

De fato, a parceria do Iphan com o Ministério das Relações Internacionais do Brasil foi notável desde o começo das atividades do diretor Rodrigo à frente do órgão de proteção do patrimônio. No começo da década de 1940, por exemplo, recorria à Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty para solicitar a colaboração no recolhimento de informações sobre os procedimentos realizados por outros países para a proteção do patrimônio cultural. A existência de cópias de leis, decretos e de recortes de artigos de jornais que explicavam diversas ações preservacionistas realizadas pela Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai, Venezuela e República Dominicana, que constam do Arquivo Noronha Santos eram, às vezes, acompanhadas por notas dos adidos culturais do Brasil e provam que esta atitude colaborativa foi eficaz. Esses vínculos facilitaram a circulação de informações sobre a preservação do patrimônio do continente, ao que se somava a rede de contatos pessoais de Rodrigo Melo Franco de Andrade, alguns de cujos familiares seguiram carreira diplomática<sup>11</sup>.

10. Diversos estudiosos das relações internacionais reconhecem como os vínculos culturais entre as nações constituem-se em ferramenta basilar de política externa (ver RIBEIRO apud NEPOMUCENO, 2013, p. 86). Nos vínculos entre os países, a diplomacia cultural é a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não apenas cultural, mas também política, comercial e econômica. Neste marco, o Brasil, desde a década de 1910, estabeleceu estes tipos de políticas diretamente articuladas à política exterior do país, além de usufruir de situações que em tal sentido foram estabelecidas, por exemplo, pelos Estados Unidos com os países da América Latina. Intercâmbios culturais, capacitação e estudos de profissionais de outros países no Brasil, fomento de pesquisas conjuntas, projetos de cooperação, entre outros assuntos, foram iniciativas que contaram com a diligência do Itamaraty e incentivaram a comunicação e o entendimento, facilitando acordos políticos e econômicos, às vezes por intermédio das denominadas Missões Culturais Brasileiras, consideradas por Nepomuceno como as mais antigas iniciativas de política externa de ação contínua propiciadas pelo governo brasileiro (2013, p. 84). Posteriormente denominadas Centros de Estudos Brasileiros, estas Missões promoveram programas culturais diversificados, que tiveram graus diferentes de penetração nas sociedades locais.

11. Complementando, Augusto da Silva Telles, explica que, ainda na década de 1970, “Rodrigo Melo Franco de Andrade tinha uma série de contatos de nomes de importância. Ele era uma pessoa relacionadíssima com uma série de áreas, inclusive com o Itamaraty, com o pessoal de diversos serviços. Tinha dois primos embaixadores” (TELLES apud THOMPSON, 2010, p. 109); vínculos que lhe facilitariam as articulações com a UNESCO e propiciariam colaborações desta organização com o Iphan.

As relações institucionais internacionais que o SPHAN logo soube criar foram se fortalecendo e acabariam vingando mais de 25 anos depois na Argentina, por exemplo, em um intercâmbio concreto destinado a preservar um importante exemplar do patrimônio cultural do país, a Igreja da Companhia de Jesus de Córdoba.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Aureli Alves. *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a Pré-história*. 2007. 330 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Programa. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, n. 1, 1937.

\_\_\_\_\_. *El sistema de protección del Patrimonio de Arte y de Historia en el Brasil*. BOLETIN DE LA CNMMYLH, Buenos Aires, n. 4, p. 95-106, 1942.

BARCELOS, Ana Paula. Max Fleiuss e Ricardo Levene: diálogos sobre Ibero-americanismo e a escrita da história no Brasil e na Argentina. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 454, p. 209-236, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/AehSdK>>. Acesso em: 3 set. 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. As linhas editoriais do SPHAN: a idéia de patrimônio no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. cap. 5.

CNMMYLH. *Boletín de la CNMMYLH*. Buenos Aires, n. 1, 1939.

\_\_\_\_\_. *Boletín de la CNMMYLH*. Buenos Aires, n. 2, 1940.

\_\_\_\_\_. *Boletín de la CNMMYLH*. Buenos Aires, n. 3, 1941.

\_\_\_\_\_. *Boletín de la CNMMYLH*. Buenos Aires, n. 4, 1942.

DUARTE, Paulo. La protección del patrimonio histórico y artístico nacional. *Boletín de la CNMMYLH*, Buenos Aires, n. 2, p. 25-33, 1940.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do patrimônio cultural Pan-Americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: Iphan, 2012.

HAYASHY, Marli Guimarães. *Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro*. 2001. 200 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/dgbo5E>>. Acesso em: 3 set. 2017.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945): os intelectuais e o Estado. In: \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. cap. 3.

NEPOMUCENO, Margarida Cintra. *Lívio Abramo em Paraguay: entretejiendo culturas*. Assunção: Embajada de Brasil, 2013.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

URIBARREN, María Sabina. *A atuação da “Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos” da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico na Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba*. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Recebido em: 29/09/2017

Aprovado em: 08/12/2017